

A PERSONALIDADE REGIONAL PAULISTA

Gilberto de Mello Kujawski

Leões brasonados perseguindo espanhas
Paulo Bomfim. *Armarial*

A palavra "caráter" usada para designar o conjunto de qualidades que distinguem um povo, ou os habitantes de uma província — caráter nacional, caráter regional — pode dar lugar a mais de um equívoco, que seria necessário evitar, a bem da clareza e segurança dos conceitos elementares da antropologia e da sociologia. "Caráter" dá idéia de marca definitiva, imutável ("imprimir caráter"), e além disso, dada pela natureza (caracteres de uma planta, de um inseto). Ora, o modo de ser de um povo não constitui um "dato natural", e sim um feito histórico. É produto de circunstâncias históricas variáveis, e varia junto com estas. O "gentleman" vitoriano, modelo universal de cortesia, não coincide em quase nada com os turbulentos súditos de Elizabeth I, nem com os frenéticos personagens de Shakespeare. O alemão pragmático, surgido após a segunda guerra mundial, está muito longe daquele antigo "povo de poetas e pensadores" que ajudou a formar o Ocidente. Outro tanto se diga da índole nipônica, também em lenta mutação. Os russos patéticos de Tolstoi e Dostoievski pouco têm em comum com o cidadão soviético de hoje. O equívoco naturalista vem complicar-se com forte acento idealista na idéia romântica de "alma dos povos" (VOLKSGEIST). A propósito, é bom lembrar que a expressão alemã entre parênteses é a tradução literal de "esprit des nations", cunhada com antecedência aos alemães, por Voltaire.

Talvez o termo "estilo", estilo dos povos, das nações, merecesse preferência, não obstante seu acento preferencialmente estético, se não existisse outro termo já consagrado pelo uso: *ethos*, que se pode empregar como costume, modo de ser, *personalidade* —. Personalidade nacional e personalidade regional, pois.

O pensamento de esquerda rejeita liminarmente qualquer procedência à idéia de caráter ou personalidade nacional, com base na convicção de que não existe na realidade a Nação como um todo, construção fantasiosa, ideologia pura. E se a Nação como totalidade não passa de "mito", o conceito de caráter ou personalidade nacional será simples mistificação; mistificação ideológica para eternizar a vigência da sociedade de classes. A escritora Marilena Chaui reproduz a sorada e acadêmica colocação marxista: "A ideologia fabrica uma história imaginária (aquela que reduz o passado e o futuro às coordenadas do presente), na medida em que atribui o movimento da história a agentes ou sujeitos que não podem realizá-lo. Assim por exemplo, a ideologia nacionalista faz da Nação o sujeito da história, ocultando que a Nação é uma unidade imaginária, pois é constituída efetivamente por classes sociais em luta" (*O que é ideologia*, p. 120). Há que combater com veemência este equívoco. A Nação não é uma "unidade imaginária", mas uma realidade histórica efetiva e peculiar, nascida na Europa do século XVI, que não existia antes em outros lugares, e que certamente não existirá para sempre. A Nação é uma realidade efetiva, na medida em que se constitui pela incorporação ao vivo de sociedades menores preexistentes (reinos, principados, condados, províncias, regiões, etc.). Não existiu antes, pois nem o Império Romano, nem o Império de Carlos Magno, nem os califados árabes foram nações no sentido moderno de Estados nacionais. E, certamente, não existirá para sempre, pois já se prenuncia no horizonte a possibilidade de Estados supranacionais. As nações são unidades de convivência amplas e globais, incluindo em si indivíduos, grupos e classes. As classes sociais são realidades intranacionais, estruturadas, amadurecidas e confrontadas dentro das nações. A palavra de ordem final do *Manifesto Comunista* — "proletários de todos os países, uni-vos" — só foi proclamada nos meados do século anterior, quando as classes já tinham assumido forma e figura no interior das nações industrializadas européias. As classes tomadas em si mesmas, soltas e isoladas, não conjugadas num âmbito nacional, nem existiriam, nem nada representariam na história. Pense-se na independência do Brasil, por exemplo. Não fosse a sinergia de todas as classes, o Brasil não se constituiria como Nação soberana em 1822. Será que naquele momento dramático da independência a Nação brasileira não passaria de "unidade imaginária"? Pelo contrário, foi esquecendo suas peculiaridades de classe e reforçando sua condição nacional comum que os brasileiros, ao tempo de D. Pedro I, tornaram possível a independência. A famosa luta de classes, força motriz da história, segundo o marxismo, só se desencadeia quando as classes convivem face a face, em presença umas das outras, e esta contiguidade se produz, exatamente, no âmbito comum da Nação. Sem esta continência no seio das nações, burgueses e proletários não teriam onde e como se conhecerem, se medirem, e definirem suas zonas de atrito. Nem a cidade antiga, nem a Nação moderna cabem no conceito de "unidade imaginária", sob pena de sermos obrigados a conceber como imaginárias certas realidades unitárias muito reais e concretas, como a língua nacional, por exemplo. O português falado no Brasil, por mais variações regionais e de classes que comporte, é sempre e fora de dúvida uma língua nacional; como nacional é também todo o complexo de usos, crenças, tradições e valores que enforma nossa vida inter-regional desde a Colônia, permitindo nossa projeção *como um todo*

rumo ao futuro. A Nação não se constitui numa entidade mística pairando, invisível, sobre nossas cabeças. Sua substância sensível e palpável é a língua e demais elementos comuns que, ao longo do tempo, imprimiram ao modo de ser coletivo sua forma peculiar.

Não se confunde Nação com nacionalismo; nem razão com racionalismo; nem o popular com o populismo; nem gênero humano com José Germano. Em seu cuidadoso e metódico estudo, *O Caráter Nacional Brasileiro*, o saudoso professor Dante Moreira Leite sistematiza o conceito de caráter nacional, remontando aos teóricos do século XIX, referindo as críticas partidas da antropologia e da sociologia, da psicologia diferencial, da genética. Depois de demonstrar, exaustivamente, o erro e a precariedade das diversas teorias do caráter nacional, o autor conclui: "Nesse sentido, seria possível classificar essas descrições como ideologias, e não como teorias científicas" (p. 130). Segue-se o estudo das várias fases das ideologias do caráter nacional brasileiro, desde a fase colonial até agora, passando pelo romantismo, pelo realismo e seu pessimismo, mencionando a reação ingênua e patriótica de Affonso Celso, e as perspectivas de Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Alfredo Ellis Júnior, Arthur Ramos, Manuel Bomfim, Alberto Torres, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo e Vianna Moog, até chegar, finalmente, à obra de Caio Prado Júnior, a qual, segundo o autor, marca a superação definitiva das ideologias, trazendo uma nova interpretação da história brasileira. "Em resumo, *Formação do Brasil Contemporâneo* assinala um novo momento na interpretação histórica do Brasil: já não se trata de explicar a situação do país através de um ou outro fator — a raça, o clima, a escravidão, as características psicológicas dos colonizadores — mas de interpretá-las em função do *sentido da colonização*" (p. 316). Em outras palavras, nossa economia, desde o início, nunca esteve ligada às necessidades do mercado interno, e sim à demanda do mercado externo. "Isso determina o tipo de exploração do solo e de organização da produção — a grande propriedade monocultora e escravocrata — bem como as pequenas proporções da economia de subsistência, isto é, destinada ao consumo dos colonos" (p. 315). Em suma, são as condições de vida social que determinam as características psicológicas, "embora estas, depois, possam também influir na vida social" (p. 329). Além disso, "não existe qualquer prova de que um povo tenha características psicológicas inexistentes em outro. Quando muito seria possível pensar em características mais importantes num grupo do que em outro, mas isso só poderia ser feito através de técnicas quantitativas e de distinção entre grupos regionais e de classe" (p. 328).

Seja como for, Moreira Leite não consegue desvencilhar-se do mito do caráter nacional. Depois de descartar suas descrições clássicas como "ideologias", termina por admitir que as condições da vida social determinam as *características psicológicas*, e que estas, uma vez constituídas, podem influir na vida social. O que parece mais difícil ao autor é "medir" as distinções entre as características dos grupos regionais e de classe, para determinar, "cientificamente", no que diferem entre si. Em outros termos, o conceito de *caráter nacional*, rechaçado pela porta da objetividade científica, acaba voltando pela janela da crítica sociológica ("as condições da vida social determinam as características psicológicas"). Por-

tanto, é preciso ter como certo: primeiro, se a Nação é uma realidade histórica efetiva (e não "unidade imaginária"), o *ethos* nacional também é um fato, assim como se Francisco é um homem, sua personalidade o acompanha como sua sombra; segundo, não são medidas de laboratório que vão explicar a diferença entre o *ethos* nacional ou regional A, e o *ethos* nacional ou regional B, assim como a distinção entre a Vênus de Milo e o Moisés de Miguel Ângelo, entre o clássico e o barroco, não é questão de medida, mas de forma. A catedral gótica não difere do templo grego por ser maior do que este; ela é maior, por ser outro estilo, diferente do templo grego. A quantidade modifica a qualidade, sim, mas não antes que a qualidade de um ser condicione suas medidas. Caso contrário, a freqüência das palavras é que determinaria o estilo, e o computador seria mais poeta que Homero, Virgílio e Shakespeare reunidos.

IMPORTÂNCIA DAS REGIÕES

No prefácio à edição espanhola de seu livro *Nordeste*, há quarenta anos atrás, Gilberto Freyre recorda que os extremistas de direita o atacavam por pretender opor o conceito naturalista, ecológico, de região, ao sagrado, de pátria ou nação. Isto significa que a chamada direita cultivava um conceito de Nação aproximado ao daquela "unidade imaginária", contestada pelo pensamento de esquerda, em nome da realidade das classes e das lutas de classes. Não há dúvida de que a categoria de Nação torna-se uma idéia vazia e abstrata, quando não se dá conta de que ela é formada pela incorporação de unidades menores já preexistentes. Estes elementos prévios (reinos, condados, principados e outras "regiões") é que dão corpo à realidade nacional como um todo. Pretender que Nação e região se excluam, significa recair no culto da Nação como entidade mística e impalpável, aquela mesma que a esquerda chama de "unidade imaginária", e que teria razão em criticar. O certo é que Nação e região não se excluem: as regiões formam a substância viva da Nação, e esta constitui a forma que possibilita sua coexistência numa unidade superior.

A região configura o substrato social, histórico e natural da *circunstância*. Dizia Ortega que somente sob a espécie da região a Terra influi vitalmente no homem. "La configuración, la escultura del terreno, poblado de sus plantas familiares, y sobre ella el aire húmedo, seco, diáfano e pelúcido, es el grande escultor de la humanidad. Como el agua da a la piedra, gota a gota, su labranza, así el paisaje modela su raza de hombres, gota a gota; es decir, costumbre a costumbre" (*Notas de andar y ver*, O. C., II, 262). Mediante a região o homem entra em interação com a Terra. E somente da região guardamos a imagem visual adequada — assinala Ortega — o que não se dá com a Nação em sua totalidade, e muito menos com a humanidade enquanto tal.

Em outra ocasião, Ortega procura desfazer a idéia consagrada que faz do município a unidade política local. Este ponto de vista não leva em conta que os assuntos capitais que constituem a ocupação e preocupação cotidiana do município, ultrapassam o estreito âmbito de um município, envolvendo também os municípios vizinhos. Seja o município andaluz X, exemplifica o autor. Este povo-

do vive economicamente do cultivo da oliveira, e as preocupações dos seus habitantes giram em torno da produção e comercialização do azeite. Isto plantea diariamente problemas múltiplos: melhoria da produção, crédito agrícola, salários, regulamentação de preços, licença para exportação, conflito do azeite com outros gêneros no mercado, etc. Ocorre que as oliveiras, desdenhando alegremente as arbitrárias divisões administrativas, não se detêm nas fronteiras do município X, mas se alastram também pelos municípios vizinhos, sem solução de continuidade, ocupando quase que a Andaluzia inteira. Esta mancha gigantesca de olivais vive com vida própria, forma uma unidade econômica que se regula a si mesma, impondo condições gerais de exportação, preços, salários, política de preços, planteando problemas técnicos e industriais, etc., questões estas que ultrapassam o âmbito político e administrativo municipal, e que os municípios só podem resolver integrados na região. Esta sim, é a verdadeira unidade política local, não o município. (*La redención de las provincias y la decencia nacional*, O. C., XI).

Julián Marfás, acompanhando o pensamento do mestre, acrescenta-lhe alguma coisa. Segundo Marfás, a região é uma sociedade insuficiente, definida por repertório de vigências comuns, mas débeis e parciais. O homem não sente que sua vida esteja regulada, apenas, por vigências regionais, devendo procurar orientação na sociedade mais ampla que é a Nação, da qual recebe as pressões e os estímulos mais enérgicos. No entanto, a importância da região está em funcionar como uma sociedade "insertiva", quer dizer, que *insere* o indivíduo na sociedade nacional. O indivíduo não é nunca diretamente nacional: seu modo de pertinência à Nação é sempre regional. "Ser andaluz, vasco ou galego é, segundo o caso, o modo de ser espanhol, e, igualmente ser bávaro, ou westfalano,, ser bretão ou provençal, são as formas concretas de ser alemão ou francês" (*A Estructura Social*, p. 34). Creio ser esta a maneira mais fecunda encontrada para dizer que não existe antítese alguma entre Nação e região, mas viva e concreta complementaridade. Como posso ser brasileiro, a não ser sob a espécie de paulista, do fluminense, do mineiro, do baiano, do pernambucano, etc.? Acentua Marfás que "regionalismo" e "anti-regionalismo" são duas posições igualmente defeituosas, dupla forma de abstração, na medida em que o regionalismo simula ser a região uma sociedade plena e suficiente (o que não é), desligando-se da totalidade da qual é ingrediente; e na medida em que o "anti-regionalismo" prescinde do estrato intermédio entre indivíduo e Nação, *mediante o qual aquele se insere nesta última*.

O *ethos* nacional, visto do exterior, quer dizer, de uma nação para outra, apresenta aparência unívoca e uniforme: o "alemão", o "francês", o "argentino", etc. Constitui-se, historicamente, pela *comparação* cultural com os vizinhos. Foi confrontando seus usos e costumes, suas tradições e pretensões com os países que o cercam, que cada um dos povos modernos definiu e cristalizou a própria personalidade. A imagem do outro serve de espelho para que nos vejamos a nós mesmos nela refletida, seja por contraste, seja por semelhança. A partir da Renascença intensifica-se na Europa e fora da Europa o contato entre os povos, todos eles movidos por ávida curiosidade em relação ao modo de ser recíproco. Durante os cinco séculos de sua existência como Estados nacionais já constituídos, ou por constituir, as nações européias vêm se examinando, criticando, ad-

mirando, reprovando — em permanente interação dialética, da qual resulta a definição cada vez mais precisa e inconfundível de seus próprios perfis.

Visto a partir de perspectiva interna, pelos naturais de cada país, o *ethos* nacional não apresenta aparência tão unívoca e uniforme. Aos olhos do brasileiro, o *ethos* nacional aparece como uma polifonia de várias vozes regionalmente distintas, um concerto tecido pelos cantos dos muitos gênios do lugar presentes no contexto brasileiro. Assim como não se pode escapar ao impacto do caráter, espírito, ou *ethos* nacional, o certo é que a forte realidade das regiões afirma a existência das diversas e diferenciadas personalidades regionais. Por isso é lícito falar em *ethos* regional, sem suspeita de regionalismo, assim como a referência ao *ethos* nacional não se pode associar com nacionalismo. Defender a importância e o prestígio da região (como não se cansa de fazer Gilberto Freyre), não importa em antinacionalismo ou em reacionarismo, mas em lúcida visão sociológica e antropológica.

Fala-se hoje muito em ecologia, na necessidade de salvar a natureza da ferocidade predatória e poluidora da civilização industrial, mas ainda não se definiram os meios de ação para colocar a salvo a pureza das águas, a limpidez do ar e a integridade do verde. O melhor caminho para isso será promover o prestígio das regiões. Salve-se as regiões e a natureza estará salva. Porque a defesa da região é o cuidado com a paisagem natal, com todos os elementos que dela fazem parte, a natureza e o homem, as árvores, os rios, as montanhas, as moradias, as igrejas, os monumentos e documentos vivos do passado. A salvação da natureza representa um capítulo da salvação da região em sua totalidade, na qual a natureza está incluída. Seu destino acompanha, estreitamente, o destino da região.

COMO LOCALIZAR O ETHOS REGIONAL PAULISTA

Infelizmente, no Brasil, as regiões são corroídas e deterioradas por dois processos irresistíveis de erosão social — a política centralizadora crescente da União, e a onda de modernização, padronizando e standardizando o país segundo um modelo invariável, importado dos Estados Unidos, e modelando o trabalho, o lazer, a indústria, as artes populares e a fisionomia das cidades. Nas zonas onde a modernização é mais lenta, como o Nordeste, as regiões guardam ainda algo do contorno e do sabor característicos, perdidos nas zonas de modernização febril, como o sul do País, especialmente São Paulo. Tempo houve em que o *ethos* regional paulista constituía-se como resultado da fricção com outros Estados, Minas, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande, etc. Hoje a polarização se passa a outro nível, não mais de São Paulo com outros Estados, e sim de São Paulo com o Brasil. O *ethos* regional paulista contemporâneo é determinado pelo contraste de São Paulo com o restante do Brasil, o que pode dar a falsa impressão de que se trata de *ethos* antibrasileiro. Mas São Paulo não é e não quer ser o anti-Brasil. Sua distância em relação aos outros Estados provém de que foi guindado pelas circunstâncias históricas, à condição de pólo de desenvolvimento para todo o Brasil (o que não é o mesmo que "modelo" de desenvolvimento), mergulhando num cosmopolitismo caótico, que vem erodindo e desgastando sua personali-

de regional, à medida que acerta o passo com as sociedades industriais mais avançadas do mundo.

Portanto, determinar hoje em dia os traços dominantes do *ethos* regional paulista não é tarefa das mais fáceis. Os dados bibliográficos são poucos e dispersos acerca do "caráter" paulista, sem nada de mais copioso e sistemático, em contraste com outros Estados: livros inteiros sobre a personalidade regional do mineiro, do gaúcho, do nordestino e do baiano (que tem sido o "ai Jesus" dos viajantes de dentro e de fora do País). Será que a personalidade regional paulista é menos marcante que as outras? Difícil responder com acerto. Mas o certo é que se tornou *menos visível* que as outras. Nada mais impressionante, nada mais deprimente que a ausência quase total de vestígios históricos no território paulista. São Paulo desola a vista como terra culturalmente arrasada. Na capital nenhuma velha igreja de importância maior; nenhum edifício público a salvo das picaretas; nenhum bairro, nenhum quarteirão evocador da pujança ao tempo do café, exceto um ou outro casarão perdido, esperando a demolição, quando não inteiramente deteriorado; nenhum parque aconchegante e silencioso para o lazer e a meditação sob as árvores, como em qualquer metrópole que se preza. Nada, a não ser a dureza do cimento nos arranha-céus e a impermeabilidade do asfalto trepidando sob a fúria prepotente dos automóveis. Que contraste com a exuberância barroca da Bahia, de Minas, à sombra de seus profetas; com as pontes, igrejas e bairros do Recife e de Olinda; com os vestígios, ainda significativos, do Brasil imperial no Rio de Janeiro; ou com a prosápia gaúcha de cavalo, poncho, laço e chimarrão!

Sabemos que a cidade só cumpre sua função na medida em que se conforma num *recipiente* adequado à instalação da vida humana social e individual, em sua plenitude, sem mutilações, nem a sufocação de suas possibilidades realizadoras. A coletividade vai se identificando consigo mesma enquanto tenha à mão, sob os olhos, alguns pontos de referência fundamentais que *já estavam ali* desde que seus habitantes se entendem por gente: o largo da Matriz, a prefeitura, o mercado, logradouros conhecidos, ruas e praças tradicionais, etc. O processo de instalação da vida humana na cidade desenvolve-se no tempo social, que absorve em si o espaço circundante, urbanizando-o, arquetetando-o, pintando-o, de modo a transformá-lo num alvéolo dentro do qual é possível viver em consonância com o *gênio do lugar*. Salvador, Recife, Olinda, as cidades históricas de Minas, até certo ponto o Rio, constituem cidades-recipientes nas quais a vida humana pode instalar-se fecundamente, em cotidiana interação com o gênio do lugar. Cidades feitas pelo povo e para o povo, tutelando secularmente sua auto-identidade, na qual não se perdem, mas se revelam livremente em sua rica maneira de ser. Por isso os *ethos* regionais baiano, pernambucano, mineiro, carioca, instalados em cenários construídos pela projeção de suas personalidades, apresentam consistência mais visível, mais fácil de ser descrita e analisada, ao contrário do *ethos* paulista que perdeu seu cenário vital urbano. Nem mesmo as gigantescas escavações recentemente efetuadas pelas obras do Metrô paulistano em grandes extensões do centro urbano descobriram debaixo da terra vestígios mais significativos do que foi e como foi a cidade de outrora.

Ora, a primeira dedução a extrair desta falta de indícios externos do modo de ser paulista, é que ela própria faz-se um indício interessante para a avalia-

ção daquele modo de ser. Desde logo, poderemos presumir que a personalidade paulista oferece menos consistência, menos continuidade, menos identidade do que a de seus coestaduanos ao norte e ao sul, e que puderam fixar no contorno mais próximo, nas cidades, nas artes plásticas, na tradição dos usos e costumes, no feitiço intelectual, as marcas eloqüentes de sua presença. Não há notícia de um estilo arquitetônico paulista, grandioso como o barroco mineiro, ou baiano; de música rural ou urbana característica, como o samba, ou o frevo; de festas populares envolventes como em tantas regiões do País; de cozinha rica e inventiva; de tradições folclóricas como a gauchesca; de um estilo psicológico e mental definido como o mineiro, ou o carioca. Onde, e em que setor podemos travar conhecimento com o desenho plástico, ou a inflexão rítmica da personalidade tradicional paulista? É certo que o Brasil não teria suas proporções continentais sem as botas de sete léguas dos bandeirantes paulistas em marcha para o oeste. Mas regionalmente, internamente, qual é o rosto paulista? Ou será São Paulo como um desses ventos poderosos que impõe sua marca no contorno e passa ao largo, sem rosto nem contorno definidos? Uma erupção de vontade avassaladora e itinerante, incapaz de localizar-se sedentariamente, com raízes no solo?

Mais uma vez encontramos no grande discípulo de Ortega, Julián Marías, a colocação acertada do problema, em seu artigo de 1955, "Paulistas", no qual procura explicação, precisamente, para o fato de os brasileiros nascidos em São Paulo chamarem-se *paulistas*:

"Un partido político? Una orden religiosa? Una escuela artística? No, un extraño gentilicio: los paulistas son los habitantes del estado brasileño de São Paulo. . . . No paulenses, ni paulanos, sino paulistas, formando un 'ismo' más.

. . . En efecto, el sufijo 'ismo' no designa sociedades, sino asociaciones. El 'ista' es un afiliado, adicto o partidario: es decir, el que decide voluntariamente adherir a una ideología, estilo, doctrina, partido, el que ingresa en una agrupación que depende de la voluntad de sus miembros, preexistentes en ella. Es decir, todo lo contrario de lo que son las sociedades en sentido estricto, en las cuales se encuentra el individuo ya desde luego, sin haberlo elegido ni haber sido consultado: la familia, la patria . . .

No he podido averiguar por qué los habitantes de São Paulo se llaman paulistas; lo he preguntado varias veces durante mi estancia en esa increíble ciudad; y las respuestas han sido siempre vagas; yo diría mejor aún tenuous; quiero decir, muy pocas respuestas, como si la pregunta no llegase a morder en la atención; lo cual significa que los paulistas no encuentran demasiado sorprendente llamarse así. Y a los pocos días empecé a entenderlo. Porque, en efecto, los paulistas son. . . "paulistas": partidarios, adictos, quizá fanáticos de São Paulo. No es que se encuentren con el hecho de que han nacido allí — muchos han nacido en otros lugares distantes —, no es que "acostumbren" vivir en esa ciudad, donde las costumbres difícilmente pueden consolidarse; es que São Paulo es su empresa, su profesión, su facción, su bandera, acaso su mito. La forma de relación del paulistano o paulista con su ciudad y su estado no es la inserción o pertenencia, sino la adhesión" ("Paulistas", *El Oficio del Pensamiento*, Obras, VI, pp. 466-467).

Eis aí São Paulo: não uma cidade ou um Estado consistentes e definidos, ou mesmo em transformação, mas uma empresa, fazer que se devora constantemente a si mesmo de modo a tornar-se interminável, movimento perpétuo que não encontra o repouso final da obra feita e acabada. Portanto, algo que não existe perante os olhos de ninguém, mas só à luz da crença, fiduciariamente, algo sempre por fazer, no qual ninguém pode inserir-se, e a que ninguém pode pertencer, mas somente aderir. Fé e febre fabril. "São Paulo não pode parar", esta sua glória e sua maldição, condenada a fazer-se e a desfazer-se sem cessar, sem cristalizar-se em corpo, em fisionomia e personalidade estáveis. A estranha falta de *aconchego* da cidade de São Paulo provém de que ela não se constitui hoje naquele recipiente que define o centro urbano, no dizer de Lewis Mumford. São Paulo não é um recipiente, é pulsão operante, talvez gigantesca, mas sem forma, sem figura, sem conteúdo estável, talvez até sem finalidade; é o sopro da vontade redemoinando em torno de si mesma, imprimindo novas formas ao contorno, para destruí-las violentamente a seguir, na preparação de novo surto construtor também destinado a cair no nada. Por quatro vezes, ao longo de sua história, a cidade de São Paulo ergueu-se e derrubou-se, sem deixar na fundação seguinte vestígio significativo da anterior.

Sem a preocupação erudita de periodizar escrupulosamente a história de São Paulo — o que estaria fora do nosso alcance —, para efeito de nossa tese, podemos dividi-la em quatro fases principais:

1) *O povoado colonial* (1554-1827), marcado pela casa de taipa, pelos bandeirantes e tropeiros.

2) *O burgo romântico* (1828-1870), centrado na Academia de Direito e na figura do estudante-poeta.

3) *A metrópole cafeeira* (1871-1930): o fazendeiro-bacharel e a estrada de ferro.

4) *A megalópolis industrial* (1931): o empresário, o burocrata, o metalúrgico. O arranha-céus, o automóvel, o "shopping-center".

(As fases não coincidem rigorosamente com as datas. Por exemplo, a do café começou bem antes de 1870; a industrial, antes de 30, mas são tão lentas na sua progressão que só atingem maturidade décadas depois de iniciadas.)

O POVOADO COLONIAL

(Hipótese sobre o bandeirismo)

"Mil e quinhentas almas, cento e cinqüenta fogos permanentes." Já se tornaram clichê as palavras de Teodoro Sampaio para descrever a Vila de São Paulo do Campo, ao final do século XVI. Casas de taipa sucedem-se às pobres choupanas iniciais. Os primeiros sobrados datam do início do século seguinte. Mobiliário paupérrimo. O tupi era a língua mais usada pela população, representada na Câmara pelos chamados "homens bons". Vida sem luxo, dominada pela penúria geral. "A pobreza da vila é de explicação fácil. Resulta da supremacia incontestada do meio rural sobre o meio urbano, supremacia que não entra a declinar senão mais tarde, com o advento do Império" (Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, 2ª ed., p. 58). A classe dirigente vivia nas fazendas, nos

grandes domínios rurais da periferia, que eram unidades econômicas completas e auto-suficientes, nas quais se produzia todo o necessário à subsistência. A vila não passava de um lugar de pouso, destinado a hospedar o fazendeiro quando ele ia tratar de negócios, ou participar de comemorações cívicas e religiosas (pelo menos cinco procissões anuais).

Se não estavam arraigados na vila, será certo dizer que os primeiros paulistas estariam arraigados nas grandes propriedades rurais? Não, seguramente. Porque este verbo "arraigar-se", criar raízes, não se aplica de modo algum ao tipo humano que povoou Piratininga nos primeiros séculos, tipo andeje, caracterizado pelo nomadismo compulsivo, *cuja primeira demonstração foi, precisamente, o deslocamento efetuado do litoral para o planalto*. Não era nada fácil chegar a São Paulo. Em primeiro lugar, faltava motivação econômica. A fertilidade das terras não era parecida com a do gordo massapê nordestino, base da rica civilização da cana-de-açúcar, e do complexo casa-grande e senzala, com seu exuberante e suntuoso estilo de vida, próprio do homem sedentário, que se radicou na terra desde o início da Colonização. Em segundo lugar, a Serra do Mar opunha tamanho obstáculo à penetração no Interior que só podia ser escalada por homens dotados de coragem, força e agilidade incomuns, enfrentando subidas a pique, ao longo de precipícios assustadores, vadeando rios desconhecidos, além de lutar contra índios e feras escondidos na selva. Em terceiro lugar, a sobrevivência no planalto também não era fácil, sem recursos de alimentação, na iminência do ataque do gentio, sob clima frio e insalubre em boa parte do ano. Em quarto lugar, o isolamento em Piratininga era total: por trás, a faixa litorânea já fora do alcance de quem subiu a Serra; pela frente, o sertão desconhecido.

Pergunta-se, então — e suspeito que tal pergunta ainda não foi feita a sério — qual o motivo, qual o atrativo que chamava Serra acima os primeiros povoadores de Piratininga, que só poderiam atingir o planalto com risco de vida e expostos a mil e uma intempéries, sem nenhuma compensação aparente para tanto sacrifício? Para frustrar o primarismo dos que tudo explicam por razões econômicas, parece que a hipótese mais plausível é que aqueles homens estivessem fugindo de alguma coisa. De quê? Certamente, da *lei* e da *ordem* imperantes no litoral, de onde escapavam, ou porque tivessem problemas com a Justiça, ou porque afrontassem o mando das autoridades locais. Esta insubmissão à autoridade local explica, em primeiro lugar, a migração Serra acima dos povoadores de Piratininga, e serve para entender, em seguida, as entradas e bandeiras. Muitas interpretações apareceram das causas do bandeirismo: a penúria dos paulistas, a falta de braços para o trabalho, o apetite de riquezas ("auri sacra fames"), a herança nômade do índio, os motivos edênicos, a busca do paraíso sobre a terra, na tese magistral de Sérgio Buarque de Holanda. Creio que todas essas interpretações são válidas, cada uma em seu grau e momento. Mas por trás de todos os motivos assinalados está aquele impulso centrífugo, a insubmissão anárquica ao mando da autoridade local. A pressão desta era insuportável para certos homens, motivando-os a se afastar para bem longe do seu alcance. A insubmissão civil permite entender o nomadismo dos primeiros grupos que desertaram do litoral para o planalto, e do planalto para o interior do sertão. De sorte que o mesmo impulso migratório que deu causa ao povoamento da recém-fundada Vila de São Paulo

continuou sua expansão sertão adentro no bandeirismo. Não se entenderá adequadamente o tipo humano do bandeirante, sem acentuar sua ojeriza visceral a tudo quanto fosse imposição do poder público. A única autoridade legítima aos seus olhos era a constituída no próprio seio da bandeira, o mando do chefe bandeirante, "ao mesmo tempo, o patriarca, o legislador, o juiz e o chefe militar", no dizer de Oliveira Vianna. O cunho oficial das bandeiras, o regimento que recebia o bandeirante do Estado nunca impediu que a bandeira fosse verdadeira república em marcha, na qual a autoridade oficial, externa, era absorvida, autocraticamente, pelo mando privado e interno do cabeça da expedição. Por outra parte, a tese de Cassiano Ricardo segundo a qual a base econômica da bandeira era a nenhuma preocupação de classe e de posição, mas a total igualdade, parece encerrar um germe de verdade. "A origem da democracia, no Brasil, está na bandeira e daí o motivo por que me detenho nesse fenômeno. A idéia do governo forte para realizá-la, também" (Cassiano Ricardo, *Marcha para Oeste*).

Este penacho de arrogância autárquica foi o que mais restou do espírito bandeirante no paulista, e se levantaria na Bernarda de Francisco Inácio (1822), na Revolução Liberal de 1842, no republicanismo bandeirante (Convenção de Itu), e, por último, na Revolução Constitucionalista de 1932. E depois, que foi feito daquele velho paulista que escreveu no brasão de sua cidade "non ducor, duco"?

Pelos meados do século XVIII as bandeiras se exauriram, após a morte dos irmãos Leme e do segundo Anhanguera (1740). Cedem lugar às monções; e as tropas de mulas — conforme observou mais de um historiador — continuam a obra dos bandeirantes, ligando uma a outra as regiões afastadas do interior. Foi este o papel civilizador do tropeiro. Por esta mesma época, após o período do apresamento do índio, e o período da mineração em Minas, Goiás e Mato Grosso, o que resultou no quase completo despovoamento da cidade, São Paulo iniciou outro surto em sua economia, o da indústria açucareira. Itu, Porto Feliz, Piracicaba, Campinas, Mogi Mirim tornam-se grandes produtores de açúcar. Em 1766, a Coroa Portuguesa, de olho nos espanhóis, envia a São Paulo, como governador, D. Luiz de Souza, o Morgado de Mateus, encarregado da reorganização militar da Capitania. Em carta enviada neste mesmo ano ao Conde de Oeiras, o Morgado de Mateus, descrevendo São Paulo (elevada a cidade em 1711), revela que não havia rua calçada, nem construção de pedra ("todas as paredes dos edifícios são de terra"). A partir de 1788 foi governador de São Paulo outro português, D. Bernardo José de Lorena, homem letrado, com pulso de administrador, que incentivou a agricultura, animou a indústria, e promoveu a ligação da capitania de São Paulo com o porto de Santos, construindo a famosa Calçada do Lorena, que vinha atender às necessidades crescentes da exportação. Com a pavimentação do caminho do mar, rompe-se o isolamento secular de São Paulo, que, ao início do novo século, intensifica seu movimento comercial, multiplica a população, erigindo novos sobrados e circundando-se de belas chácaras. O velho e destrófico povoado começa a animar-se aos poucos.

O BURGO ROMÂNTICO

Decreto de 11 de agosto de 1827 inaugura os estudos jurídicos em Olinda e em São Paulo. No mesmo ano surge o primeiro jornal impresso nesta cidade, *O Farol Paulistano*, sob direção de José da Costa Carvalho, seguido em 1829 pelo *O Observador Constitucional*, fundado pelo ardoroso liberal italiano, Libero Badaró, assassinado em 1830. Em maio de 1822, o Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, à frente da milícia, provoca a renúncia do liberal Martim Francisco, presidente da Província (Bernarda de Francisco Inácio). Em 7 de setembro do mesmo ano, D. Pedro, que viera a São Paulo para apaziguar os ânimos das facções rivais, proclama a Independência nos altos do Ipiranga. Pouco a pouco vai dominando a cidade a inquietação política e intelectual. Neste processo, foi relevante o papel da Academia de Direito. "Desde que se abriram suas portas, em março de 1828, a Academia de Direito foi por muitos decênios o centro vital da cidade" (Richard M. Morse, *Formação Histórica de São Paulo*, p. 83). A Academia revolucionou o ex-povoado, atraindo alunos e professores de outras províncias, colocando em circulação novas idéias filosóficas e novos ideais políticos, intensificando as relações sociais entre os habitantes. Timidamente, esboçam-se novos pontos de reunião, teatros, salões de bailes, associações, cafés. Mais de uma sociedade secreta disfarça-se à sombra da Academia. Ao influxo da política liberal e das letras européias do tempo, São Paulo ganha certa aura romântica que cultivará durante os próximos decênios, no fundo de suas noites garoentas, e por trás de suas rótulas permeando o brilho ansioso de olhos femininos espreitando o passo dos estudantes nas ruas mal calçadas.

Para documentar a visão da cidade nesta fase, falam três textos de autores contemporâneos: Auguste de Saint-Hilaire, Alvares de Azevedo e Castro Alves.

O quadro pintado por Saint-Hilaire data de 1819, e suas tintas são claras e risonhas:

"A situação de São Paulo é encantadora e é puro o ar que ali se respira. Vê-se um grande número de lindas casas e as ruas não são desertas como as de Vila Rica (Ouro Preto); os edifícios públicos são bem conservados e não se tem a cada passo, como em grande parte das cidades e vilas de Minas Gerais, a vista impressionada pelo aspecto de abandono e ruínas. As ruas da cidade situadas no flanco da colina e pelas quais se desce ao campo, são as únicas em declive; as outras se estendem sobre terreno plano. Todas são largas, bastante retas e os veículos podem por elas circular facilmente. As mais belas são as ruas *Direita* e *Antônio Luiz*. Algumas são inteiramente calçadas, mas o calçamento é imperfeito; outras só o são diante das casas" (*Viagem à Província de São Paulo*, Liv. Martins Editora e Editora da Universidade de São Paulo, p. 155).

Contrastando com pintura tão diáfana, é de estremecer a visão sombria e byroniana de Álvares de Azevedo, em carta que escreveu a 20 de julho de 1848, voltando com amigos de uma despedida na *Árvore das Lágrimas*:

"E além, lá ao longe, se levantava a cidade negra; e os lampeões, abalados pela ventania, pareciam esses meteoros efêmeros que se levantam dos paludes e que as tradições do norte da Europa julgavam espíritos destinados a distrair os viandantes, . . . ou estrelas de fogo, faíscas de alguma fogueira do inferno: semeadas sobre o campo negro. . . .

Eu parei o cavalo e admirei! . . . essas nuvens cor de cinza e enfumaçadas! esse céu ermo de estrelas . . . E a brisa balsâmica embatia e sacudia, estremecendo as capoeiras e silvava nas árvores, nos oiteiros; e sozinha, por entre a mudez da noite que se aproximava, uma ave desconhecida descantava o seu hino de adeus ao dia que morrera nas trevas”.

As Cartas de Álvares de Azevedo, em boa hora publicadas pela Academia Paulista de Letras, embora testemunhando até que ponto o poeta se deprimia em seu abominável “exílio” paulistano, permitem entrever que “ele pertencia, mental e emocionalmente à cidade”, como notou perspicazmente Richard Morse (ob. cit., p. 121). O estudante foi a figura exemplar daquele tempo, quando a cidade despertava para a vida intelectual, deslumbrando-se em prosa e verso de além-mar. E Álvares de Azevedo, com sua prodigiosa precocidade romântica, feita de arroubo e ironia, espanto e sarcasmo, ecletismo e ceticismo, participação e distanciamento, exprime o dualismo vertiginoso daquele momento de transformação. O ritmo inquieto e febril de sua subjetividade anuncia, virtualmente, o tempo *prestíssimo* que dentro em pouco dominaria a cidade, às vésperas de trepidante modernização. O elemento noturno de suas produções é o mesmo das sociedades secretas que se organizavam então, como a “Sociedade Epicuréia” e a famosa *Burschenschaft*, a “Bucha”, fundada por Julius Frank, cujo espectro se adivinha ainda hoje sobre seu túmulo esotérico, num dos pátios da Academia.

O terceiro texto foi extraído de uma carta de Castro Alves, datada de 1868:

“Eis-me em São Paulo, na terra de Azevedo, na bela cidade das névoas e das mantilhas, no solo que casa Heidelberg com a Andaluzia.

Nós os filhos do norte . . . sonhamos São Paulo o oásis da liberdade e da poesia plantado em plenas campinas do Ipiranga. . . . Pois o nosso sonho é realidade e não é realidade. . . . Se a poesia está no envergar do ponche escuro e largar-se campo fora a divagar perdido n’estes *gerais* limpos e infinitos como um oceano de juncos; se a poesia está no enfumaçar do quarto com o cigarro clássico, enquanto lá fora o vento enfumaça o espaço com a *garoa* . . . ainda mais clássica; se a poesia está no espreitar de uns olhos negros através das rótulas dos *balcões* ou através da mantilha que em amplas dobras esconde as formas das moças, então a Paulicéia é a terra da poesia.

Isto quanto à poesia. Quanto à liberdade, ela, se está mais desenvolvida em certos pontos, em outros acha-se mais restrita. Entretanto inclino-me a preferir São Paulo ao Recife. . . .

Devo dizer-te que os meus *Escravos* estão quase prontos. Sabes como acaba o poema? (Devo a São Paulo esta inspiração). Acaba no alto da serra de Cubatão, ao romper da alvorada sobre a América, enquanto a estrela da manhã (lágrima do Cristo pelos cativos) se apaga pouco a pouco no ocidente. É um canto do futuro. O canto da esperança. E nós não devemos esperar?”

Já se percebe a diferença. Enquanto Álvares de Azevedo é um poeta noturno, que esgota subjetivamente seu fervor vital, intelectual e emocional, cismando entre as quatro paredes do quarto, Castro Alves abandona o aposento en-

fumaçado e planta-se na praça pública, falando ao povo de alvorada, liberdade, futuro, esperança. Não só o poeta mudou. Mudaram os tempos. O lirismo subjetivo e individualista dá lugar ao lirismo social. Castro Alves, na medida em que se paulistanizou em sua passagem por Piratininga, marca a mutação tipológica do paulista. Em sua poesia já se anunciam, ainda que muito ao longe, o estrépito e o dinamismo das futuras metrópoles brasileiras, a expansão do trabalho livre e o emergir das massas no horizonte.

A METRÓPOLE CAFEIEIRA

Escreveu João Cruz Costa que foi mais ou menos em 1870 que a nova burguesia de soldados, médicos e engenheiros, "elementos mais próximos das ciências positivas, graças à índole de suas profissões" — assumiu proeminência na vida nacional. Se Cruz Costa pretende que nessa altura os profissionais formados em ciências positivas assumiram de vez a liderança do País, então ele muito se engana. Durante muito tempo ainda seria o bacharel, formado estritamente em ciências humanas, entendido em leis, prático no trato com as pessoas, que dominaria a cena pública brasileira. A geração de Antônio Prado, Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco — nota Morse — dominaria nossa vida pública até, aproximadamente, a primeira guerra mundial. Em São Paulo, era freqüente o bacharel ser a extensão do fazendeiro. Por isso, o fazendeiro-bacharel será a figura típica, exemplar, desta fase da história paulista. Em 1870, no dizer de E. Simões de Paula, São Paulo dá início à sua "segunda fundação" (que, pelas nossas contas, seria a terceira). Ironicamente, já em 1863, um órgão da imprensa liberal criticava o novo surto das demolições, em artigo delicioso, intitulado "Melhoramentos materiais":

"Havia no largo da Misericórdia um chafariz de pedra, de elegante e sólida construção, que ele só até há poucos anos abastecia sofredoramente a cidade de *água potável*, 'água que todos ali iam buscar em potes', veio a gente do progresso material, pintou a pedra fingindo madeira, estragou o canal, e deixou-nos sem água."

Seja como for, uma nova cidade começa a sobrepor-se ao antigo burgo romântico. A economia cafeeira começa a render seus frutos mais suculentos. A concentração da riqueza multiplica os empregos, a população urbana se avoluma como nunca, o território construído se alastra. Os sobrados antiquados desaparecem a favor dos palacetes de muitas histórias. Tomam forma os bairros aristocráticos dos barões do café. Começa a construção de edifícios públicos suntuosos (Ramos de Azevedo). A imigração italiana cresce ano a ano, contribuindo intensamente para a cor local, concentrando-se em bairros típicos (Braz, Bixiga e Barra Funda). Em 1893 a Paulicéia contava com 40% de italianos natos em sua composição demográfica. A pujança cafeeira desenvolve também a indústria, fazendo proliferar tecelagens e outras fábricas, ultrapassando o número de cem estabelecimentos em 1901. Na década de 80 um jovem italiano, Francisco Matarazzo, ensaia, com sucesso, nova técnica de enlatar banha, que haveria de transformá-lo numa potência econômica. Adotam-se os lampiões de gás. Abrem-se os primeiros salões literários (D. Veridiana). A necessidade de transportar café im-

planta redes ferroviárias por todo o Estado, ligando a capital ao interior e ao litoral. Os fazendeiros transferem domicílio para a cidade. A vida noturna se anima e se refina cada vez mais, e o espírito da "belle époque" esfuzia na atmosfera dos salões, teatros, clubes, restaurantes e cafés da capital. A cidade ganhava perspectiva e profundidade de metrópole, com sua expansão horizontal e seu crescimento vertical, em meio a amplas avenidas e alamedas sombreadas, nas quais o passante ouvia uma e outra vez as notas perdidas de um piano. *Pela primeira e única vez em sua história, São Paulo assume as formas e as funções de um recipiente social e cultural adequado, absorvendo seus habitantes no alvéolo urbano, naquele "chez-soi" aconchegante da cidade que tem um "dentro"*. E pela primeira e única vez consolida-se, bem definida, a personalidade regional paulista, na figura do paulista de quatrocentos anos, bem representado pela família Prado, Antônio e Martinico Prado, Eduardo e Paulo Prado. Quando Alcântara Machado, pronunciando seu famoso discurso, enuncia, solenemente, "paulista sou há quatrocentos anos", naquele instante, o homem de São Paulo tomou a consciência de toda sua espessura histórica, base na qual reconheceu, por fim, sua plena identidade cultural. Finalmente, o paulista pôs-se em forma.

O Conselheiro Antônio Prado (1840-1929), bacharel desde 1861, foi homem de múltiplas atividades. Começou a vida como político e jornalista, para, em seguida, abrir uma fazenda de café e gado no interior. Mais tarde foi deputado, presidente da Câmara Municipal, ministro de Estado, chefe do Partido Conservador, e prefeito de São Paulo por mais de dez anos. Junto com seu pai e o irmão Martinico, abriu em Sertãozinho a maior fazenda de café do Estado de São Paulo, com cerca de 3.500.000 pés.

Eduardo da Silva Prado (1860-1901), grão senhor das maneiras e das letras, amigo chegado de Eça de Queiroz (que nele se inspirou para desenhar seus tipos de aristocrata no ocaso), monarquista convicto, ensaísta primoroso, jornalista vibrante, colocando sua vasta cultura a serviço das melhores causas públicas. Personalidade marcada pela vocação da grandeza cívica e da vontade clarividente.

Paulo Prado (1869-1943), filho mais velho do Conselheiro Antônio Prado e sobrinho de Eduardo, depois de bacharelar-se, especializou-se a fundo em questões de café, passando a incentivar a imigração italiana, ao lado de parentes seus, demonstrando agudo tino de administrador e homem de negócios, no gerenciamento da Fazenda São Martinho e da Casa Prado Chaves & Cia., exportadora de café. Ao mesmo tempo, lendo muito e viajando pela Europa, requintava seu gosto estético e aprofundava sua cultura, publicando em 1928 o *Retrato do Brasil*, que se tornaria clássico no gênero. Admirador e discípulo de Capistrano de Abreu, escreveu também uma série de estudos históricos, *Paulística*. Aos cinquenta anos de idade patrocinou ativamente a realização da Semana de Arte Moderna, emprestando estreita solidariedade aos novos estetas e às novas estéticas, bem informado como estava dos avanços da arte na Europa. Foi Mário de Andrade que explicou a originalidade de sua atitude:

"Paulo Prado, ao mesmo tempo um dos expoentes da aristocracia intelectual paulista, era uma das figuras principais da nossa aristocracia tradicional. Não da aristocracia improvisada do Império, mas da outra mais antiga, justificada no trabalho secular da terra e oriunda de qualquer salteador europeu, que o

critério monárquico do Deus-Rei já amancebara com a genealogia. E foi por tudo isto que Paulo Prado pôde medir bem o que havia de aventureiro e de exercício do perigo, no movimento, e arriscar a sua responsabilidade intelectual e tradicional na aventura. Uma coisa dessas seria impossível no Rio, onde não existe aristocracia tradicional, mas apenas alta burguesia riquíssima. E esta não podia encampar um movimento que lhe destruía o espírito conservador e conformista. A burguesia nunca soube perder e isso é que a perde" (*O Movimento Modernista*, 1942).

Já contamos com substrato suficiente para caracterizar em traços essenciais o paulista da metrópole do café, que atinge sua forma exemplar no "paulista de 400 anos", também chamado de "paulista antigo". Em primeiro lugar, vemos tratar-se, *ao mesmo tempo, de homem de ação e de pensamento* (como bem demonstram Eduardo e Paulo Prado), desmentindo a observação apressada de que o paulista típico é um energúmeno votado exclusivamente à ação. No pensamento, aquele paulista prefere o conceito à imagem; a análise à retórica; a crítica à ficção. E na ação inclina-se mais pela política e pelo direito, do que pela atividade técnica. O moderno tecnocrata brasileiro, saído muitas vezes de São Paulo, trai duplamente esta tradição: exerce a ação sem pensamento, e devota-se mais à técnica que ao direito ou à política. Em segundo lugar, o paulista tradicional é um *conservador-progressista*, desmentindo a versão maldosa que dele quer fazer um impenitente reacionário. Pelo contrário, entende perfeitamente a necessidade das mudanças, mas abomina a revolução. Concilia o amor ao passado com a indispensável flexibilidade ao futuro. Em terceiro lugar, aquele paulista é um *aristocrata popularista*, aristocrata sensível à presença e às manifestações do povo, sem aquele "pathos" da distância que hieratiza outras aristocracias tradicionais brasileiras. Graças ao seu progressismo e ao seu populismo foi que o conservador e aristocrata Paulo Prado deixou-se envolver no movimento modernista, acompanhando-o gostosamente em seu antiarcaísmo e em seu retorno às fontes da criação popular.

Observe-se a personalidade de outros homens significativos daquele passado bandeirante, e seu contorno reproduzirá o esboço descrito acima. Por exemplo, Horácio Lafer, Roberto Simonsen. Em nossos dias aquele modelo não se impõe com a mesma exemplaridade de cinqüenta anos atrás, o que não impede que os melhores homens do Estado bandeirante ainda reproduzam, marcadamente, as características assinaladas. Aí estão Olavo Setúbal, Antônio Ermírio de Moraes, Celso Lafer, também homens de pensamento e ação, conservadores-progressistas e aristocratas popularistas, exatamente como seus antecessores ao tempo da pujança cafeeira.

A MEGALÓPOLIS INDUSTRIAL

E depois de 30, mais precisamente depois de 1945, cessada a segunda Grande Guerra, a cidade explodiu. A antiga metrópole do café rompeu sua bela rede de cristal *art-nouveaux* e perdeu seu "chez-soi", sua condição de recipiente. A urbe incha desmesuradamente por todos os lados. Sua população cresce galopantemente, atingindo em poucos anos as cifras de cinco milhões, sete mi-

lhões, dez e doze milhões, sem que a infra-estrutura urbana possa acompanhar o mesmo ritmo. Não só os bairros da alta classe, como os modestos bairros da classe média e os saborosos bairros populares perdem a antiga configuração. A especulação imobiliária desenfreada multiplica os arranha-céus e São Paulo ganha um perfil de cimento armado que faz lembrar cidades norte-americanas. O centro tradicional entra em rápida deterioração, criando-se na antiga periferia outros tantos centros. A cidade se torna multicentrada, adquire nova articulação e nova configuração. Seu rosto único anterior, como num jogo alucinante de espelhos, divide-se em dez ou mais rostos diferentes. O automóvel exige cada vez mais espaço, avenidas mais largas, potenciando assustadoramente sua ação pedratória e poluidora. As indústrias alastram-se sem nenhum critério de zoneamento; vista do alto, de avião ou helicóptero, São Paulo parece um gigantesco e caótico parque industrial, onde as residências e tudo o mais não passam de simples apêndices. O verde sepulta-se debaixo do asfalto, e a poluição atmosférica deteriora o ambiente, enquanto a poluição sonora lesa o aparelho auditivo e a poluição existencial avilta a qualidade de vida. A luta pela subsistência não permite espaço para o lazer e para a cultura. A mídia eletrônica aperta o cerco, seu bombardeio publicitário não dá pausa para respirar, e o velho dilema hamletiano é substituído por outro mais moderno e pragmático: "comprar ou não comprar, eis a questão". *Shopping-centers* devoradores aceleram o processo de standardização, usinas do consumo em massa e em série, em perfeita simetria com as usinas de produção em série e em massa.

Enfim, o panorama é por demais conhecido para que prossigamos na descrição. Só falta dizer que neste panorama conflagrado, o paulista também explode em mil pedaços, fragmenta-se junto com a cidade. Náufrago na megalópolis industrial feita de instabilidade constitutiva, insegurança social e econômica, padrões de conduta mutilados e desacreditados, o paulista se perde no torvelinho anônimo do cotidiano. O *ethos* paulista, penosamente elaborado no curso de quatro séculos e afinal cristalizado ao tempo da metrópole cafeeira, desintegra-se de vez, dando lugar ao homem das multidões, sem nenhuma consistência típica, sem padrões fixos de conduta, e sem destino. O paulista da megalópolis submerge na anomia e na falta de identidade. Em 1929, Mário de Andrade retrata bem essa divisão interna nos versos seguintes:

*Eu sou trezentos, sou trezentos-e-cincoenta,
Mas um dia afinal eu toparei comigo . . .*

(Remate de Males)

Daqui em diante, o paulista perde a personalidade e resume-se numa função. Já não se caracteriza pelo que ele *é*, mas pelo que *faz* economicamente. Neste sentido são três as exemplaridades vigentes hoje em São Paulo: o *empresário* para a alta burguesia; o *burocrata* para a classe média; o *metalúrgico* para o proletariado.

O drama da família patriarcal em decomposição, os estertores da velha ordem agrária paulista encontraram seu dramaturgo ideal: Jorge Andrade, o teólogo mais completo e sistemático da vida, paixão e morte da paulistanidade.

Numa de suas peças mais notáveis, *Rastro Atrás*, faz seu protagonista, o escritor Vicente, externar seu dilaceramento pessoal, sua perplexidade existencial, que são também as de sua classe, nas palavras seguintes:

“Compreenda, meu bem! Estou com mais de quarenta anos e ainda lutando para me realizar. Preciso me comunicar . . . de uma maneira ou de outra! Mas sinto que falta sentido em tudo! (*Subitamente, atormentado e consigo mesmo.*) Será que estou no caminho errado, Lavínia? Vivemos numa sociedade em crise, de estruturas abaladas, valores negados, soluções salvadoras que não levam a nada! (*Obsessivo*) Qual o caminho certo? Onde achar a resposta? No presente? No passado? Será que fiquei apenas em lamentações sobre a decadência. . . sem ter saído dela?”

Jorge Andrade empresta a mesma insegurança intrínseca, a mesma falta de identidade ao personagem Matheus (de sua recente telenovela *O Ninho da Serpente*) que, nimbado pelo esplendor crepuscular da glória bandeirante, exclama, perplexo e atormentado: “— eu não sei quem sou!”.

Ao longo deste ensaio andamos em busca da tipicidade regional paulista, procurando reconstituir e caracterizar as fases sucessivas da história de São Paulo, que, ao contrário do que ocorre com outras cidades representativas do Brasil, não guarda continuidade básica no decurso do tempo, incluindo, pelo menos, quatro fundações consecutivas, quatro cidades superpostas e totalmente estranhas entre si, sem que a imagem de uma se prolongue ou se incorpore na imagem da outra. Ao passo que Salvador, Recife e Olinda, o Rio de Janeiro, as cidades históricas de Minas oferecem maior ou menor continuidade sob as mudanças que vêm sofrendo desde o início, São Paulo nos estremece e nos angustia com seu processo de descontinuidade social, urbana e arquitetônica, com as reiteradas rupturas de sua configuração histórica no decurso do tempo, de modo a não subsistir vestígio algum da fase anterior na fase subsequente. Como a Fênix mitológica, a cada século, a cidade renasce das próprias cinzas, não para retornar a forma perdida, mas para estrear morfologia inédita. E o tipo humano paulista acompanha, passo a passo, esta dramática descontinuidade histórica da cidade. Mineiros, baianos, fluminenses, pernambucanos representam na história política, social e cultural do Brasil, o fator da estabilidade e da continuidade. O paulista encarna o fator oposto, a instabilidade, a descontinuidade, a intermitência. A tipicidade regional paulista é a *ruptura*. Seu momento de maior e mais prolongada continuidade, foi o da metrópole cafeeira, mas não passou de um momento isolado, logo seguido por rupturas violentas em pelo menos três ou quatro setores: a ruptura estética na Semana de 22; a ruptura política na Revolução de 32; a ruptura econômica provocada pelo industrialismo; e a consequente ruptura social e antropológica para a qual colaborou a emigração estrangeira.

A ruptura pode significar inovação fecunda, e isto é o que ela tem de bom. Mas a inovação só pode ser realmente produtiva quando assimilada a um contexto estável e contínuo, que permita incorporá-la sem trauma, desordem ou mutilação. A ruptura não assimilada num contexto estável faz com que muita inovação deflagrada em São Paulo não tenha prosseguimento em âmbito paulista, mas fora dele. O melhor exemplo foi a Semana de 22. Aquela erupção inicial, de novos valores estéticos, só no primeiro momento foi liderada por intelectuais

paulistas, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia e outros. No entanto, não foi em solo paulista que a nova sensibilidade artística deu seus melhores frutos posteriores, e sim em outros Estados, Minas, Rio, Bahia e Nordeste, onde surgiram Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Pedro Nave, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto. . . São Paulo explode em magnífica força de arranque, para cair no vácuo em seguida (bandeirismo, Semana de 22, Revolução de 32. . .).

São cada vez mais atuais as palavras de Ricardo Gumbleton Daunt, aquele irlandês radicado em Itu, escritas em 1856:

“Há muita gente que quer ver S. Paulo crescer em riqueza, e atingir um insigne desenvolvimento, mas pouco se lhes dá se será com perda das feições próprias do caráter Paulistano ou a custa de um abalo na posição dos *paulistas*. Olham para a Província como uma máquina produtora e um elemento de possível aumento da receita do orçamento. Eu, porém, conquanto não quero ceder a estes em amor à Província, não ambiciono uma transformação tão rápida. Quero que o aumentado desenvolvimento da Província simbolize fielmente a aumentada felicidade da velha população paulistana. . . No meu ver, a uniformidade de pensamento — de costume — de gosto — de caráter é um presságio de decadência de qualquer grande Império, porque sendo em si uma coisa forçada e não natural só pode provir da indébita influência da Corte ou de qualquer centro e é sempre indício de uma falta de seiva — de virilidade — nos povos assim uniformizados que ficam desta sorte preparadas para o Despotismo”.

São Paulo reclama uma quinta fundação, não para desintegrar-se de novo, mas para recuperar a força da seiva regional, integrando-a na comunidade nacional e reintegrando o paulista em sua verdade telúrica e histórica. Tudo vai depender do destino posterior da Megalópolis.

(Recebido em outubro de 1982)

1.

2.

3.

4.

5.